

# O BAIRRO DO VARJÃO (RANGEL) – JOÃO PESSOA, ONTEM E HOJE: UMA ANÁLISE DA DESIGUALDADE E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

---

Marco Henrique Cunha Da Silva

*Universidade Federal da Paraíba*

## **Resumo**

O presente artigo tem como principal objetivo apresentar e analisar os efeitos da desigualdade socioespacial no atual espaço urbano, tendo como parâmetro a ocupação e crescimento do bairro do Varjão (Rangel) na cidade de João Pessoa/PB. A metodologia empregada a este estudo seguirá uma abordagem explicativa e descritiva, com base na dialética, através de levantamento bibliográfico, da coleta de imagens (via google street view) e por fim do levantamento de dados quantitativos e qualitativos no último censo do IBGE (2010). A partir disso, analisou-se as teorias da segregação socioespacial e sua repercussão no espaço urbano. Com base nos resultados dessa pesquisa, demonstrou-se que o cenário que o bairro protagoniza até os dias de hoje, servem como modelo para a compreensão da realidade desigual expressa de forma acelerada, desigual, e espraiada consolidação da urbanização no território brasileiro que pouco se preocupou por um adequado processo de ordenação do solo e com uma justa política habitacional, resultando em vários problemas aos habitantes da cidade, principalmente aos menos favorecidos envolvendo as funções urbanas mais básicas, como a habitação, os serviços, o lazer, o trabalho e sua livre circulação, gerando falta de condições dignas para a vida, excluindo e segregando social e espacialmente. A pesquisa atua na perspectiva de proporcionar melhores distribuições de serviços e assistência as famílias que ali residem e assim, melhores condições de vida com a execução de projetos que possam garantir não só a qualidade de vida dos comunidades existentes, como também garantir os serviços e infraestrutura necessária para manutenção a vida.

**Palavras-chave:** Varjão (Rangel). João Pessoa. Urbanização. Segregação Socioespacial. Desigualdade.

# THE NEIGHBORHOOD OF VARJÃO (RANGEL) – JOAO PESSOA, YESTERDAY AND TODAY: AN ANALYSIS OF INEQUALITY AND SOCIO-SPACE SEGREGATION

---

Marco Henrique Cunha Da Silva

*Universidade Federal da Paraíba*

## **Abstract**

This article aims to present and analyze the effects of socio-spatial inequality in the current urban space, taking as a parameter the occupation and growth of the neighborhood of Varjão (Rangel) in the city of João Pessoa / PB. The methodology employed in this study will follow an explanatory and descriptive approach, based on dialectics, through bibliographic survey, image collection (via google street view) and finally quantitative and qualitative data collection in the last IBGE census (2010). From this, the theories of socio-spatial segregation and its repercussion in the urban space were analyzed. Based on the results of this research, it has been shown that the scenario that the neighborhood is leading up to today serves as a model for understanding the unequal reality expressed in an accelerated, unequal way, and spreading consolidation of urbanization in the Brazilian territory that is little known. concerned about an adequate land ordering process and a fair housing policy, resulting in various problems for city dwellers, especially the disadvantaged involving the most basic urban functions such as housing, services, leisure, work and their free movement, creating a lack of decent conditions for life, excluding and segregating socially and spatially. The research works with a view to providing better distribution of services and assistance to the families that live there, and thus, better living conditions through the execution of projects that can guarantee not only the quality of life of existing communities, but also guarantee the services and infrastructure. necessary for life maintenance.

**Keywords:** Varjão (Rangel). João Pessoa. Urbanization. Socioe-space Segregation. Inequality.

## 1. Introdução

Para que seja possível a compreensão dos efeitos da desigualdade social, não só na cidade de João Pessoa, mas, presentes na maioria das cidades brasileiras, O presente artigo tem como principal objetivo apresentar e analisar os efeitos da desigualdade socioespacial no atual espaço urbano, tendo como parâmetro a ocupação e crescimento do bairro do Varjão na cidade de João Pessoa/PB. A metodologia empregada a este estudo seguirá uma abordagem explicativa, descritiva e com base na dialética, através de levantamento bibliográfico, onde analisou-se as teorias da segregação socioespacial e sua repercussão no espaço urbano, da coleta de imagens (via google street view) para identificação e espacialização dos aglomerados subnormais, áreas de risco e distribuição dos serviços no bairro, e pôr fim do levantamento de dados quantitativos e qualitativos no último censo do IBGE (2010).

A ideia dessa pesquisa surgiu a partir da leitura do mapa de vulnerabilidade social da Topografia Social de João Pessoa (2009) realizado pela prefeitura do município. A partir do documento foi possível constatar que o bairro se encontrava classificado com uma região de alta vulnerabilidade social mesmo com sua centralidade. O bairro do varjão sempre foi alvo constante de estatísticas policiais e da mídia local, apresentado como um lugar perigoso e violento.

O bairro do Varjão localizado na Zona Oeste próximo ao centro do município de João Pessoa é considerado uns dos bairros mais perigosos da cidade devido aos índices de ocorrência policial e ao sensacionalismo da mídia local sobre seus habitantes, principalmente sobre os aglomerados subnormais existentes em seu meio, o que faz com que os habitantes das demais partes da cidade, atribuam o bairro a um caráter violento, sujo e criminoso. Paralelamente a isso, o bairro tenta desmistificar os preconceitos marcados em sua história e conquistar melhores qualidades de vida para seus moradores. A área também é conhecida devido a ambiguidade de sua própria identidade presente em seu nome, sendo conhecido respectivamente como “Varjão” e “Rangel”. Nessa perspectiva, alguns dos questionamentos que surgiram ao longo desse estudo, e que o mesmo procurou responder, são: *Quem são os moradores do bairro? Qual o perfil socioeconômico dos moradores? Que fatores ou agentes (sociais e espaciais) contribuem para segregação e estigmatização do bairro e do espaço urbano? Quais as manifestações concretas dessa segregação no bairro?*

O presente artigo encontra-se estruturado da seguinte forma: primeiro fazendo uma breve síntese sobre o histórico da urbanização brasileira, em seguida realiza-se uma análise sobre os conceitos da segregação socioespacial e da vulnerabilidade no espaço urbano, prossegue com a realização de um histórico sobre o processo de urbanização da cidade de João pessoa e de um panorama de seu meio urbano atual, e finalmente com uma apresentação da área de estudo, com o levantamento dos aspectos históricos de sua ocupação e características socioeconômicas, evidenciando o espaço do bairro como segregado. Dessa forma,

espera-se através do reconhecimento destes processos, fortalecer iniciativas de regulação, proteção ou assistências a seus moradores.

## **2. Breve Panorama Sobre A Urbanização Brasileira**

### **2.1. Divisão Inicial de Terras e Riquezas**

Até o século XIX, a propriedade da terra no país, era concebida pela coroa e isenta de valor, porem isso não impediu uma consolidação de uma classe hegemônica sobre outra, com a expropriação de pequenos produtores e pela ocupação da terra por grandes proprietários rurais que tinham na produção e no contingente de escravos a fonte de seu status de poder e riqueza. Instaura-se assim o poder do latifúndio sobre o território brasileiro (FERREIRA, 2005 apud. MARICATO, 1997).

Posteriormente, com a criação da Lei de Terras de 1850, a terra foi transformada em uma mercadoria passível de valor de troca para quem detivesse de forma “oficial” a posse do território. Segundo Maricato (1997, p.23) é nesse momento que “distingue, pela primeira vez na história do país, o que é solo público e o que é solo privado”. Para Ferreira (2015), esta lei foi a responsável pela implantação da propriedade privada da terra no Brasil.

Evidentemente, tal situação consolidou a divisão da sociedade em duas categorias bem distintas: os proprietários fundiários de um lado, e do outro, sem nenhuma possibilidade de comprar terras, os escravos, que seriam juridicamente libertos apenas em 1888, e os imigrantes, presos à dívidas com seus patrões ou simplesmente ignorantes de todos os procedimentos necessários para obter o título de propriedade (FERREIRA, 2005, p.3).

Com isso, a terra foi negada oficialmente a parcela mais pobre da população que mais tarde seria obrigada a vender sua força de trabalho aos grandes detentores do solo brasileiro com o assalariamento, mantendo assim, a hegemonia das elites brasileiras. Mesmo com o fim do trabalho escravo, a desigualdade continua a se reproduzir, já que as práticas do escravismo não desapareceram da noite para o dia, mas, entraram na clandestinidade, tornando o acesso a mão-de-obra escrava cara para os grandes produtores, que cederam ao assalariamento da mão-de-obra livre (FERREIRA, 2005).

## **2.2. Urbanização Brasileira**

Historicamente, o processo de urbanização, (aqui entendido como o aumento da população urbana em relação à população rural) no território brasileiro ocorreu de forma acelerada na segunda metade do século XX, alcançando um alto índice populacional urbano no país principalmente entre a década de 60 e o ano de 2010, crescendo cerca de 402% (IPEA, 2018). Essa elevação começou no pós segunda guerra, com os investimentos concebidos ao desenvolvimento de uma economia industrial baseada no modo de produção capitalista, que produziram determinadas relações não só no espaço, como também na vida e cotidiano das pessoas.

O desenvolvimento do urbano vai fazer com que as cidades se expandam, tornando-se grandes espaços atrativos para um grande contingente de migrantes interioranos que começam a se estabelecer nos centros urbanos, em busca de trabalho, moradia e uma vida digna, onde, despojados de meios de produção, esses moradores do campo veem-se obrigados a vender a sua mão-de-obra para o capital. Sendo assim, o desenvolvimento do processo de urbanização, está ligado diretamente à industrialização, e as cidades tornaram-se um reflexo desse processo. Esta relação, também ditará a separação e distribuição das classes sociais pelo espaço urbano, já que devido à grande demanda de trabalhadores, estes são concentrados nos chamados bairros operários, espaços insalubres, e isentos de qualquer infraestrutura, enquanto a elite passa a ter amplo acesso às de melhores localidades, dotadas de serviços e qualidade de vida.

Mesmo em um curto período de tempo com a influência destes fluxos migratórios, a população do Brasil passou de predominantemente rural para urbana. Na década de 1940, a taxa de urbanização no país que contava com cerca de 26,35%, cresceu para 68,86% em 1980 (SANTOS,1996). Porém como vimos, não foi o meio urbano o grande precursor desse tipo divisão da sociedade, é importante destacar que as raízes do processo da formação de classes no Brasil estão presentes em sua relação com a concentração do poder fundiário em sua história que datam desde o período colonial até os dias de hoje. Nesse período, tais desigualdades já se materializavam no espaço, expressas por uma lógica de acumulação de riquezas a partir de uma elite segregada, rentista e patrimonialista.

Logo, o modo de exploração se moderniza, porém, não abandona os velhos hábitos, as mediações existentes entre escravos e latifúndio, são sucedidas pelas relações entre patrão e empregado (SILVA, 2007), onde o uso de políticas e do poder público se submete aos interesses privados de uma classe elitista. O crescimento e desenvolvimento do meio urbano do Brasil, portanto, foi concebido por meio da exclusão e da segregação socioespacial devido a ascensão de uma classe dominante sobre as demais.

### 3. Desigualdade, Segregação Socioespacial e Vulnerabilidade

Como vimos, o processo de urbanização ligado aos investimentos concebidos ao crescimento de uma economia industrial baseada no modo de produção capitalista, contribuíram para produzir determinadas transformações no território brasileiro e nas relações sociais, com a separação da população entre camadas ou classes distintas a partir das condições socioeconômicas, como poder e renda, recursos, acesso à serviços e, principalmente, o controle da propriedade privada da terra. Portanto, esse processo foi responsável pelo desenvolvimento de inúmeros problemas sociais urbanos, em especial o déficit habitacional, causado principalmente pelo aumento da população urbana, da especulação e mercado imobiliário e da falta de políticas públicas, a exemplo das políticas habitacionais.

O espaço urbano é caracterizado por ser fragmentado e vivenciado de forma distintas pelos diferentes grupos sociais que habitam a cidade e fora dela. Essa fragmentação da cidade se materializa no espaço através da morfologia urbana e nas relações que permeiam o cotidiano da população, embora, nem sempre sejam perceptíveis. Tal realidade é expressa por Lefebvre (2008, 56), ao afirmar que: “Existem, portanto, contradições no espaço mesmo se dissimuladas ou mascaradas”.

O espaço urbano possui caráter coletivo que se expressa como produto social do trabalho e das possibilidades, ao mesmo tempo que é tido como mercadoria e influenciado pela ação de agentes do capital que produzem e reproduzem essa fragmentação do espaço, a exemplo do mercado imobiliário e das articulações do Estado e agentes privados em um sistema predatório, que nega a uma grande parcela da população menos privilegiada, direitos e bens comuns (SILVA, 2007). Os interesses desses agentes hegemônicos se sobrepõem aos direitos coletivos no espaço urbano, como afirma Resende (2013, p.5) ao citar que “o valor de troca assume mais importância que o valor de uso”. O crescimento urbano do Brasil, portanto, foi concebido por meio da exclusão e da segregação socioespacial. Vignoli (2001, p.11) define a segregação:

En términos sociológicos, segregación significa la ausencia de interacción entre grupos sociales. En un sentido geográfico, significa desigualdad en la distribución de los grupos sociales en el espacio físico. La presencia de un tipo de segregación no asegura la existencia del otro.

A segregação socioespacial se apresenta em parte das grandes cidades brasileiras, caracterizada pelas contradições do que é investido diferencialmente na produção do espaço urbano, entre quem se beneficia dessa produção e quem não consegue usufruir da centralidade urbana propiciada pela produção desigual e fragmentada do espaço. Este fenômeno, é interpretado por Silva (2007), como um

problema resultante do crescimento demográfico e da falta de planejamento urbano adequado que afetam principalmente a camada mais pobre da população durante o desenvolvimento da urbanização, que embora tenha se originado um grande crescimento econômico, foi concebida de forma demasiadamente acelerada e desigual. Santos também comenta sobre essa ambiguidade afirmando que:

Por um lado há a hipótese de que a organização é necessária para o processo de crescimento nacional pelas economias de aglomeração e escala que cria pelas oportunidades de emprego e melhoramento da posição social que oferece (...). Por outro lado, porém, acusa-se a urbanização de agravar desequilíbrios sócio-econômicos e disparidades regionais, de gerar subemprego, degradação da habitação e definição de serviços essenciais (SANTOS, 1982, p.181).

Esse desequilíbrio afeta todos os setores da infraestrutura social (escolas, hospitais, serviços), gerando problemas como o desemprego, a violência, a marginalização da população, e a segregação que ultrapassa o social e se expressa no próprio espaço urbano, por um lado materializando-se sob a criação e concentração de moradias irregulares com carência de amparo social e por outro lado, com a criação dos condomínios fechados e exclusivos para a classe mais rica, que se encontra favorecida e fortificada pelo agentes reprodutores do espaço como veremos no tópico seguinte.

### **3.1. A espacialidade da Segregação**

A segregação residencial como afirma Corrêa (2013), é um dos mais expressivos processos que se manifestam espacialmente. Ela gera a fragmentação no meio urbano que, por sua vez, se vincula a segregação de classes que constituem o conteúdo social das áreas segregadas, essas são relativamente homogêneas em seu conteúdo, porém, heterogenias entre elas. Harris (1984) apresenta a segregação em classes sociais como característica marcante do capitalismo, um fenômeno histórico-social que emerge da luta, conflitos e contradições da sociedade que aparece, atualmente, de forma mais evidente na separação entre o local de trabalho e o local de moradia, que cria todas as condições essenciais para o desenvolvimento de um mercado de habitação que reflete no espaço urbano, a segregação residencial. Dessa forma, para que para compreensão da relação entre a segregação e a consolidação de uma sociedade de classes possam ser entendidos em sua totalidade, devem ser considerados como processos mutuamente relacionados.

Corrêa (2013, p.42) aponta que a segregação residencial é um processo que se manifesta pelo “o acesso diferenciado aos recursos da vida, sobretudo aqueles recursos escassos, que tendem a ser encontrados em áreas onde vive uma população de renda mais elevada” que devido a seu maior poder aquisitivo e influência política produzem e reproduzem condições favoráveis a sua existência e na “existência de unidades espaciais favoráveis à interação social, a partir da qual, e dada a homogeneidade social de cada unidade” (IDEM, p. 43). Porém, acerca da segregação residencial é importante mencionar, que segundo diversos autores, esse fenômeno não ocorre nas cidades brasileiras, já que seu conceito atribui além dos fatores econômicos e sociais, a dimensões étnicas ou raciais, enquanto o nosso país apresenta uma grande quantidade de pobres brancos e mestiços. Esse fenômeno emerge diretamente de sua relação com a diferenciação de localização em classes sociais no espaço urbano. Sua espacialidade manifesta-se pela relativa homogeneidade de grupos sociais que viabilizam a sua própria existência e reprodução.

Ainda segundo o autor, a segregação residencial pode ser classificada, como autosegregação, como segregação imposta e segregação induzida, cada uma correspondendo a um tipo de paisagem urbana. A segregação imposta seria aquela onde habitam uma parcela da população que vive aonde lhe é imposto, não possuindo nenhuma outra alternativa ou capacidade para escolha do lugar e da qualidade de moradia. Um exemplo nesse sentido é a expansão moradias clandestinas, ou das chamadas ocupações irregulares, que são verdadeiros marcos no processo de segregação socioespacial, onde devido à falta de acesso aos programas habitacionais já deficientes, faz com que parte da população ocupem espaços que não deveriam ser ocupados, áreas não passíveis de urbanização, despojadas de qualquer ação do poder público que acabam sendo ocupadas pela população de baixa renda por não ter outro lugar para morar, vivendo na ilegalidade.

Sua paisagem é composta por favelas, conjuntos habitacionais autoconstruídos e irregulares, situadas na periferia ou em áreas de risco no interior das cidades, como terrenos abandonados, baldios, morros, encostas íngremes, matas, áreas inundáveis ou nos leitos dos rios, desprovidas de quaisquer infraestrutura que caracterizem uma urbanidade (ROLNIK, 2006), ocasionando grandes problemas socioambientais, comprovando que em uma realidade onde pobreza e desigualdade são faces de uma mesma moeda, o espaço sempre estará propenso a crises. Esse tipo de habitação se expande sem qualquer tipo de planejamento com infraestruturas sociais bastante precárias, isentas de qualquer meio ou instrumentos de articulação com o poder público que permitam uma integração efetiva com a economia da cidade, reforçando a exclusão e caracterizando um estado de vulnerabilidade, onde muitas vezes, acaba trazendo parte da população para marginalidade e criminalidade como alternativa de vida.

A segregação induzida é aquela onde um grupo ainda possui alguma capacidade de escolhas para sua habitação dentro de seus limites estabelecidos de seu poder aquisitivo, devido a isso, possuem uma maior variedade no que diz



respeito às características em sua qualidade de vida, de moradia e de serviços (CORRÊA, 2013).

A autoss segregação é descrita como sendo áreas onde as classes de poderio mais elevado controlam ou influenciam o espaço e as ferramentas do Estado, a partir da ocupação das melhores localidades e habitações ambientalmente mais favoráveis, com as principais atividades econômicas, acessibilidade a serviços e dotada de mobilidade (CORRÊA, 2013). Essa realidade se dá sob a forma de condomínios fechados e exclusivos, criando novas centralidades baseadas no prestígio e uma exclusividade do uso do solo para grupos de alto status social, segundo Castells (1972, p. 212):

O princípio essencial que influencia a distribuição das residências no espaço é o prestígio social, cuja expressão positiva é a preferência social (preferência por vizinhos semelhantes) e a expressão negativa, é a distância social (rejeição de vizinhos diferentes).

Esses espaços portanto, restringem o acesso a outros grupos sociais de menor poder aquisitivo, cercando-se entre seus semelhantes e evitando o contato com as demais crises oriundas das falhas no planejamento urbano, como a violência e a pobreza. É dessa forma que a propriedade da terra, vai transformar e segregar o espaço urbano, com a influência do mercado imobiliário.

O sistema capitalista é um modelo predatório e explorador, se apropria e mercantiliza o homem, o trabalho e a própria terra. Segundo Maricato (2015) “a cidade é um grande negócio e a renda imobiliária, seu motor central”. O capitalismo é concentrador à medida que investe em recursos, serviços e habitações para uma classe mais alta da sociedade, visando as áreas propícias e estratégicas à especulação imobiliária a partir da localização. Para Ferreira (2005):

A localização é um fator de diferenciação espacial por motivos óbvios: terrenos com uma vista privilegiada, ou situados em locais de fácil acesso, ou muito bem protegidos, ou próximos a rodovias ou ferrovias, tornam-se mais valiosos para interesses variados. São mais agradáveis para o uso habitacional, ou melhor situados para escoar a produção de uma fábrica, ou para atrair mais consumidores para uma loja, e assim por diante.

A especulação imobiliária consiste em um processo de transformação e valorização do solo urbano, onde quanto mais cobiçado seja uma propriedade ou localidade, mais valorizada ela se torna. Segundo Junior (2007, p.2) “especular é conter, guardar algo na probabilidade de realizar uma barganha vantajosa assim

que surgir a necessidade de lucro, quando o valor a ser recebido pela barganha seria muito superior ao preço de valia”. Diante disso, é correto se afirmar, que a segregação das classe sociais de menor poder aquisitivo, são consequências diretas de políticas e investimentos concentracionários gerados pelas grandes detentores do poder e do controle dos meios de produção, que promovem toda uma reestruturação do espaço urbano a partir da alteração da dinâmica espacial com a formação de novos polos de desenvolvimento paralelos ao centro tradicional.

É a natureza dessa trama urbana distendida de densidades múltiplas – que combina concentração com descentralização, localizações com fluxos, imóveis com acelerados e diversos ritmos de mobilidade no interior dos espaços urbanos – que redefine o par centro-periferia, a partir da constatação de que há várias centralidades em definição e diferentes periferias em constituição. (SPÓSITO, 2001, p.89)

Essas novas centralidades, expressam-se no espaço a partir de novas concentrações comerciais, de serviços e principalmente habitações destinadas a classe alta, que se configurarão como novas formas de segregação da sociedade e do espaço. (JUNIOR; SANTOS, 2009). Esta dinâmica de produção e reprodução do espaço e suas desigualdades portanto, apresenta-se de forma contraditória a medida que concentra e descentraliza o tecido urbano, reestabelecendo a relação centro-periferia, com o desenvolvimento dessas centralidades que por sua vez, ditarão a criação de novas periferias fragmentando e expandindo o urbano. Os modelos mais clássico de estudo da espacialização da segregação urbana são aqueles que abordam a temática do centro versus periferia urbanos aonde apresentam esse fenômeno sob a forma de círculos concêntricos, onde a elite habitaria o centro e a população mais pobres habitaria a periferia (Villaça, 1998). Esses modelos teóricos são descritos por Corrêa (2013) como “construções teóricas que abordam a realidade com significativo nível de abstração, constituindo representações da realidade”.

Contrariando as teorias clássicas, o modelo de Homer Hoyt (1939) e descrito por Corrêa (2013, p. 48), apresenta a expansão do espaço urbano e da segregação através de setores dotados de “amenidades naturais ou socialmente produzidas”, entendidas aqui como um conjunto de qualidades e condições (clima, vegetação, serviços, investimentos e etc.) que promovessem um certo estado de bem-estar. Tais setores eram ocupados pela elite de alto prestígio e poder aquisitivo que expandia-se por um certo período de tempo em uma mesma direção, manifestando-se sob a forma dos condomínios fechados, livres de barreiras sociais ou crises ambientais que impediriam a expansão não só do urbano, mas de todas as atividades comerciais, serviços e escritórios, e beneficiados principalmente com a criação de vias expressas que dinamizam a questão da mobilidade, tornando-se áreas privilegiadas para o acesso de uma elite que se autosegrega, já que criam-se verdadeiras barreiras invisíveis, cercando-se entre seus semelhantes.

Enfim, as localizações que são disputadas no espaço intra-urbano, seja em sua produção como consumo, são as responsáveis pela segregação socioespacial de modo a explicitar as novas centralidades na perspectiva da relação centro e periferia”. (JUNIOR; SANTOS, 2009, p. 358)

O capital busca moldar o ambiente urbano as suas necessidades, porém, tem interesse específico na produção de um espaço urbano desigual, em função de seu valor de troca (lucro). Isso se dá via a ação coordenada – as vezes explicitamente outras vezes não – entre a iniciativa privada (empresários e elite local ou de outras escalas), o Estado e o setor imobiliário, proporcionando a expansão do tecido urbano e valorizando assim, imóveis, condomínios, viadutos e atividades comerciais, modificando a paisagem, segregando parte da população, concentrando serviços como saneamento, segurança, mobilidade e vias de acesso em determinadas regiões em detrimento de outras. Logo, os investimentos sejam eles públicos ou privados, obedecem a uma lógica de reprodução capitalista voltada para o lucro.

O papel do Estado é fundamental, não só pelas razões já arroladas, mas também porque o investimento que injeta no tecido urbano é fator de intensa valorização diferencial da terra, aparecendo como ator importante no processo de especulação imobiliária e segregação social. (KOWARICK, 2000, p.23)

A valorização do espaço ou mesmo a realização de investimentos que estimulem essa valorização constituem o principal motivo para disputas dos fundos públicos do Estado este que é levado a falhar em sua função social, e perde sua capacidade de intervenção, agravando e reproduzindo essa segregação seja na mediação da reprodução de um espaço urbano igualitário, na distribuição de renda, no controle do uso e ocupação do solo urbano, e na distribuição de recursos, controlada e influenciada em benefício de uma classe dominante sobre outra (MARICATO, 2002; ROLNIK, 2006), caracterizando assim um estado de vulnerabilidade da parcela mais pobre da população quanto do social ao ambiental.

### **3.2. Vulnerabilidade**

A escolha do termo vulnerabilidade tem aqui como objetivo uma melhor compreensão sobre as disparidades, e sobre o estado de desigualdade e fragilidade

que algumas populações enfrentam em seu dia-a-dia. Trata-se de um conceito interdisciplinar que possui inúmeros significados que abrange múltiplas dimensões, e que se refere à uma condição que vai muito além da pobreza de um simples indivíduo. Katzman (2005) afirma isso ao definir a vulnerabilidade da seguinte forma:

Vulnerabilidad no es exactamente lo mismo que pobreza se bien la incluye. Esta última hace referencia a uma situación de carência efectiva y actual mientras que la vulnerabilidad trasciende esta condición proyectando a futuro la posibilidad de padecería a partir de ciertas debilidades, que se constatan en el presente. (KATZMAN, 2005, p. 04).

Segundo Katzman (2001), a vulnerabilidade social poderia ser traduzida como a negação ao acesso a oportunidades ou necessidades básicas, sejam elas econômicas, culturais ou sociais pelo próprio Estado ou sociedade resultando em dificuldades e desvantagens para a condição social da população. Essas mesmas desvantagens, vão levar a um estado de desproteção e insegurança, e assim colocando determinados grupos em condição de exclusão e marginalidade. Para este autor os lugares classificados como vulneráveis são aqueles nos quais uma comunidade, família ou indivíduo, enfrentam riscos e a impossibilidade de acesso a moradia e serviços como, saneamento básico, educação, trabalho e de participação e acesso à informação. Em resumo, é a falta de acesso de acesso à propriedade da terra, que se caracteriza como o fundamento da segregação e da vulnerabilidade da população.

De acordo com Pizarro (2001), o conceito de vulnerabilidade poderia ser estruturado a partir de 2 aspectos principais: Primeiramente um estado de insegurança no qual alguma comunidade, bairro ou indivíduo esteja experimentando devido a alguma razão econômica, social ou ambiental; em outro aspecto refere-se a estratégia e condição de acesso ao conhecimento e informação para o controle de recursos que a população, aglomerado, bairro ou indivíduo possam realizar para enfrentar algum tipo de evento. Porto (2007), considera a vulnerabilidade como um conceito chave para toda e qualquer análise integrada de grupos sociais específicos por compreender questões políticas, éticas, espaciais e sociais.

#### **4. Breve Panorama Sobre A Urbanização do Município de João Pessoa**

A capital paraibana de João Pessoa atualmente com 434 anos de fundação, não fugiu à essa regra do processo de urbanização capitalista que ocorreu de forma mais intensa a partir da década de 60. A cidade considerada uma das cidades mais antigas do país, teve o seu crescimento urbano já bastante evidente desde o início do século XX, devido a fatores como a implementação de novos equipamentos

urbanos, e do êxodo rural, onde uma grande quantidade de pessoas interioranas vieram a capital em busca de melhores condições de vida.

O município de João pessoa está situado na Região Nordeste do Brasil, localizado na região Leste do estado paraibano, no qual se configura como capital e principal centro financeiro, econômico e cultural. O município também se constitui como polo da região metropolitana de Joao pessoa, criada no ano de 2003 e composta por 12 municípios. Segundo dados do censo do IBGE (2010), a cidade apresenta um IDH considerado alto (0,783) e renda per capita (2016) de 23.345,93 R\$, sendo considerada como uma das capitais nordestinas menos desiguais.

Porém, a realidade expressa pela cidade demonstra-se contraditória, por um lado pela forte tendência de aglomerados e bolsões carentes de infraestrutura, qualidade e acesso à moradias. A cidade é composta por um conjunto de 64 bairros, onde existem aglomerados subnormais em até 59 deles. Esses aglomerados chegam a representar cerca de 13% da população da cidade, aproximadamente 92 mil pessoas ocupando áreas consideradas de risco, com pouco ou nenhuma infraestrutura urbana e serviços, ou seja, direitos básicos para todo habitante de uma cidade.

Por outro lado, existe a forte presença de vazios urbanos, principalmente localizados no centro ou em bairros onde atuam grandes investimentos em infraestrutura, os quais se ligam a prática espacial da especulação imobiliária, que acabam por impor dificuldades ao acesso ao solo urbano e a moradia digna pela população de menor renda, principalmente nas áreas litorâneas e/ou bem estruturadas.

Tais características constituem processos marcantes de sua urbanização acelerada, que ao longo do tempo provocaram uma série de transformações em seu meio urbano, ocasionadas, em sua maioria, devido a especulação imobiliária advinda da valorização seletiva de propriedades pelo setor imobiliário. Essa valorização em grande parte é ocasionada pela ação do Estado na construção de infraestruturas urbanas na cidade ao longo do tempo. Tem-se, também, o grande crescimento demográfico, e os interesses das elites dirigentes. Tudo isso vem provocando sérias e profundas modificações na paisagem da cidade.

Gonçalves (1999) descreve as transformações ocorridas em relação a urbanização da cidade a partir do final do sec. XIX, época em que a cidade ainda apresentava características rurais, com o desenvolvimento da produção de algodão que alavancou os serviços públicos na região e a decadência do trabalho escravo que fez com que os senhores de engenho e grandes fazendeiros passassem a ter presença fixa na cidade. Mais tarde, em meados da década de 40, durante o século XX, houve a incorporação urbana de faixas litorâneas de Cabo Branco e Tambaú consequentes da abertura da Avenida Epitácio Pessoa, em 1933, que dinamizou o acesso à praia para a população e expulsou as colônias de pescadores da região. Paralelamente a isso, ocorreu a instalação de uma classe mais rica no platô que leva a praia, onde mais tarde seria consolidado o bairro de Miramar.

A partir da década de 1960, o território pessoense, foi aos poucos perdendo sua importância na produção agrícola dando lugar a crescente urbanização. É nesse momento que começam a ocorrer grandes investimentos e intervenções públicas viabilizados por recursos federais que promoveram uma profunda reestruturação do tecido urbano da cidade, a exemplo da implantação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), do Distrito Industrial, que abrem margem para criação de conjuntos habitacionais para suprir a demanda populacional de baixa e média renda não só na periferia, mas dentro do núcleo urbano, direcionando o crescimento da cidade no sentido ao sul e sudeste do município, enquanto que a faixa da população de poder aquisitivo mais alto começa a se concentrar em unidades habitacionais localizadas próximas ao litoral, o que contribuiu com a valorização do solo desses bairros e concretizou a ocupação permanente a beira mar (GONÇALVES, 1999).

Com o crescente processo de expansão, a cidade avançou para sudoeste sobre a bacia do rio Jaguaribe, dando início a ocupação gradativa de sua margem direita, que encontrava-se coberto por uma vegetação bastante densa (Mata do Buraquinho) subdivididas em propriedades rurais (sítios e fazendas), que segundo alguns dos moradores mais antigos, os próprios proprietários das terras construíam algumas moradias para aluguel onde se abrigava a mão-de-obra crescente. Tal área era conhecida como Varjão, a grande várzea do rio Jaguaribe, devido ao tipo de plantio desenvolvido ali, que mais tarde se tornariam os futuros loteamentos do bairros do Varjão (ou Rangel) e do Cristo Redentor.

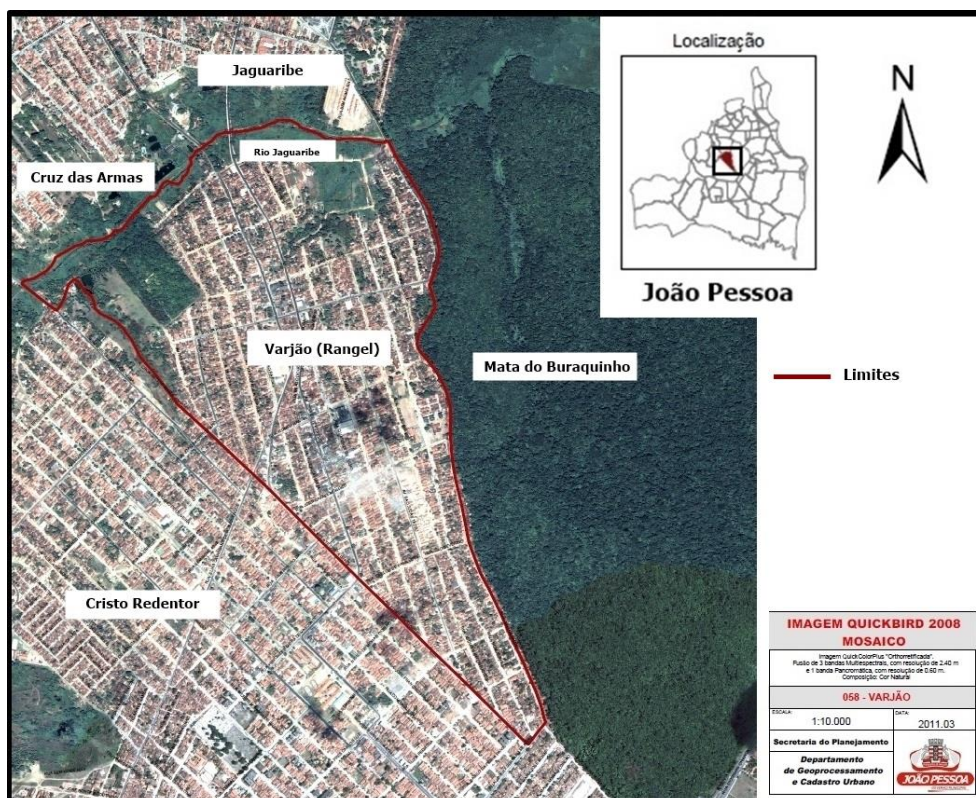
## **5. Segregação Socioespacial no Bairro do Varjão (Rangel)**

### **5.1. Apresentando a Área de Estudo**

É importante apresentar a existência das duas terminologias para o objeto desse estudo, conhecido como “Varjão” ou “Rangel” o bairro expressa uma dupla identidade tanto pela cidade e pelos próprios moradores, quanto pelo próprio poder público. Essa dualidade no uso dos diferentes nomes para o bairro se apresenta na produção e uso de sinalizações de trânsito como placas e letreiros, na correspondência dos moradores e até mesmo nos veículos de transporte coletivo e pela mídia local (BARBOSA, 2015, 2018). Segundo a Lei n. 1574, de 04 de setembro de 1998, da Câmara Municipal da Cidade de João Pessoa que teve como objetivo a nomeação e delimitação de 60 bairros do município pelo vereador Luciano Cartaxo Pires de Sá, o bairro possui oficialmente o nome de Varjão, enquanto para a cidade e demais habitantes, ele é habitualmente conhecido e chamado por Rangel.

O mesmo apresenta-se como local de sentimento, do vivido, da sociabilidade e pertencimento por parte dos moradores mais antigos, que paralelamente buscam desmistificar os preconceitos marcados em sua história e conquistar uma vida digna. A área apresenta uma morfologia típica dos bairros populares da cidade de média e baixa renda com certa fragilidade no contexto urbano e social,

apresentando diversos problemas com sua infraestrutura e saneamento básico, além da presença de aglomerados subnormais, remanescentes de sua ocupação original que encontram-se distribuídas pelo interior do bairro, melhor descritas nos tópicos seguintes. Dessa forma, mesmo com sua proximidade ao centro, compartilha indicadores sociais condizentes com a realidade de outros bairros mais afastados (TOPOGRAFIA SOCIAL DE JOÃO PESSOA, 2009).



Mapa 1: Localização do Bairro do Varjão (Rangel), 2011.

Fonte: Secretaria de Planejamento da Prefeitura da cidade de João Pessoa; Editado pelo autor.

O bairro do Varjão, também conhecido como bairro do Rangel encontra-se localizado na Zona Oeste do município de João Pessoa entre a bacia do Rio Jaguaribe e a reserva florestal da Mata do Buraquinho, e apresenta como limites geográficos os bairros adjacentes de Jaguaribe, Cruz das Armas, Cristo Redentor (ver mapa 1).

## 5.2. Características Históricas da Ocupação da Área do Bairro Varjão (Rangel)

Historicamente, tal ocupação teve início entre as décadas de 20 a 30, porem sua ocupação mais efetiva só se deu entre as décadas de 60 e 70, pela necessidade de novas áreas urbanas para acomodação imediata de populações de

baixa renda (KOURY, 2014). Como descrito por Koury (2014), assim como a maioria dos bairros populares da cidade, o bairro do Varjão foi ocupado devido migrações de pessoas que vieram de regiões mais rurais e interioranas da Paraíba e de estados vizinhos para a capital em ascensão.

Dessa forma, o lugar cresceu e tomou forma, principalmente, através das chamadas “migrações em cadeia” (TILLY, 1978), descritos por Truzzi (2008) e outros autores, como verdadeiras “redes” migratórias, situações onde um indivíduo em uma determinada localidade convidaria ou receberia alguém no qual possuísse alguma ligação pessoal ou lugar de origem em sua moradia até que esse também se fixe em seu próprio espaço. Proporcionando uma dinamização nas relações sociais, demográficas e até mesmo econômicas, já que a oferta de mão-de-obra também cresceria com isso. Barbosa (2015, 2018) comenta, sobre essa intensa sociabilidade e laços nos dias atuais do bairro, que aparece (embora que com menor frequência) sobre forma de encontros casuais dos jovens nas praças, missas, nos campos de areia, brincadeiras e conversas de calçada.

O movimento para a modificação da nomenclatura “Varjão” para o “Rangel” segundo Koury (2014), aparece pela primeira vez com a divisão da área do varjão para oeste e sul, em conjuntos habitacionais que mais tarde se tornariam os bairros adjacentes do Cristo Redentor e de Agua Fria na década de 70. Essa dinâmica ocorreu a partir de iniciativas públicas e privadas voltadas para expansão urbana, direcionadas para a classe média de maior poder de renda, principalmente professores e funcionários ligados a estruturação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e de setores técnicos do estado.

Com a inserção dessa classe média nos bairros recém formados do Cristo e de Agua Fria, estes passaram a usufruir de melhores infraestruturas e serviços, enquanto o Varjão continuava como segundo plano. Como veremos a seguir, estes novos vizinhos, passaram a não só afastar qualquer tipo de identificação com o Varjão, mas também a ditar formas para sua reestruturação, chegando a recorrer a prefeitura e a própria polícia para conter e disciplinar a realidade existente no bairro, além de sugerir a alteração de sua nomenclatura como tentativa de desvinculação de seu desprestígio social.

Koury (2014) comenta que foi a partir de uma descoberta de alguns professores residentes em bairros vizinhos sobre um desembargador paraibano, oriundo da família Rangel, residente local, que se iniciou o movimento para mudança de nome do bairro. A ideia era que uma renomeação do bairro colaboraria para desvinculação dos estigmas e do passado humilde, a promovendo um sinônimo para uma ascensão moral e social na sociedade, trazendo novos e promissores horizontes para a relação do bairro com a cidade e para com os moradores. Sendo assim, enquanto o Varjão se torna sinônimo de violência, periculosidade, sujeira e não civilizado, o Rangel seria sinônimo do seguro, do bem estar, um ótimo lugar para se morar para com os demais habitantes da cidade.

Uma segunda explicação para origem do nome Rangel, é contada por alguns populares, como uma homenagem a um morador local que era conhecido



por esse nome, o qual possuía uma espécie de ‘vacaria’ na qual era vendidos leite, e outros produtos à população, na área hoje referida como a “rua 2 de Fevereiro”, rua principal do bairro e área comercial.

Barbosa (2018) descreve uma outra possível origem para o novo nome do bairro. O nome Rangel teria sido dado ao bairro, devido a uma família de mesmo nome que teria vendido ou alugado grande parte das terras locais aos moradores para criação de moradias autoconstruídas durante as décadas de 20 e 30. Tais ocupações, desenvolveram as comunidades tradicionais do bairro, que perduram até os dias de hoje, sob a forma de aglomerados subnormais entrelaçados em meio a paisagem do bairro, distribuídos pelo interior de vielas pelo bairro e também em áreas que apresentam problemáticas socioambientais.

### 5.3. Aglomerados Subnormais

Aglomerado Subnormal (ver figuras 1, 2) é um termo utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para se referir a todo tipo de assentamento, loteamento irregular, favelas, sub-habitações, ou qualquer tipo de moradia, caracterizada pela ocupação do solo urbano sem a efetiva posse da terra, ou que apresente carência quanto a maioria dos serviços e infraestrutura social, além de se localizarem, geralmente, em áreas de vulnerabilidade ambiental.

Quando a acomodação de populações de baixa e média renda nos novos bairros populares da cidade não é suficiente para a exponencial crescimento populacional do estado, aliados a produção seletiva do espaço que dificulta o acesso à terra e a ineficiência do Estado, é comum o surgimento de habitações irregulares em periferias dos grandes centros urbanos. Como vimos anteriormente, essas áreas são ocupadas devido a necessidade de moradia em meio ao caos urbano, e abrigam famílias que encontram-se em uma situação da qual não possuem outra alternativa no contexto urbano, tais famílias são geralmente, constituídas pela parcela da população com os menores índices de escolaridade e renda, além de possuírem em sua maioria empregos informais e ocuparem, geralmente, áreas de risco.



*Figura 1: Exemplo de um aglomerado subnormal, localizado na Rua São Geraldo, Varjão.*



*Figura 2: Exemplo de um aglomerado subnormal, localizado na Rua São Geraldo, Varjão.*

Tais habitações são comumente denominadas de aglomerados subnormais, reflexos dos inúmeros processos segregadores já discutidos, que evidenciam a falta de planejamento, a inacessibilidade da terra urbana às camadas de renda média-baixa pela valorização do solo urbano, e o descaso do Estado com relação ao atendimento das necessidades básicas dessa população, caracterizando o estado de vulnerabilidade socioambiental das famílias.

No que se refere a realidade descrita no Varjão (Rangel) por Barbosa (2018), o bairro conta com a presença de 3 aglomerados subnormais, cuja população é composta pelas famílias remanescente dos primeiros habitantes da região durante as décadas de 20 e 30.



*Figura 3: Acesso para o aglomerado Paturi do bairro do Varjão (Rangel), localizada na rua Quatorze de julho. (Google Street View)*

O aglomerado Paturi (ver figura 3), localiza-se mais ao centro do bairro, trata-se de uma espécie de viela sinuosa, onde as casas foram construídas de forma bastante comprimidas ou geminadas nas mais variáveis formas, abrigando famílias em um convívio contínuo e bastante pessoal entre seus moradores (BARBOSA, 2018).



*Figura 4: Acesso para o aglomerado Paulo Afonso II, Localizada na rua Elias Cavalcanti de Albuquerque. (Google Street View)*

O aglomerado Paulo Afonso II (ver figura 4), já carrega em seu nome o desprestígio derivado de outras localidades de mesmo nome, situada nos limites a oeste com o bairro do Cristo Redentor em um corredor estreito. Segundo Barbosa (2018), hoje em dia essa comunidade se encontra bastante reduzida no que se refere tanto para as famílias quanto a área hoje representada.

A aglomeração São Geraldo (ver figuras 5, 6), é a que possui maior extensão, localizada em sua maior parte durante todo o limite entre o bairro e a Mata do Buraquinho, trata-se de um conjunto de ruas estreitas e sem calçamento, com poucos pontos comerciais e algumas igrejas e bares.



*Figura 5: Aglomeração São Geraldo, localizada paralelamente por toda a extensão do bairro com a Mata do Buraquinho. (Google Street View)*



*Figura 6: Aglomeração São Geraldo, localizada paralelamente por toda a extensão do bairro com a Mata do Buraquinho. (Google Street View)*

Muitas das moradias precárias que são encontradas ao longo do caminho, tem contato direto com a mata, além de possuir em alguns trechos, terrenos cobertos por lixo, vegetação, e outros detritos. Também é possível constatar a ausência de saneamento básico em alguns pontos.

Em ambos os aglomerados, vivem famílias compostas dos mais diversos segmentos, incluindo crianças, mãe solteiras e idosos, que buscam em meio as adversidades, as melhores condições para se viver. São áreas constantemente relacionadas à criminalidade e ao tráfico de drogas, já que permanecem de certa forma escondidas da rotina da maioria da população com o pouco movimento de pedestres e de apresentar trechos com difícil acesso (ou mesmo nenhum tipo de acesso) por veículos.

Juntamente a isso, a análise a seguir, tem como base os dados estatísticos relacionados ao último censo do IBGE (2010), na perspectiva de apresentar quais as manifestações concretas dos efeitos da segregação no bairro através do conhecimento de um breve perfil socioeconômico dos moradores.

#### 5.4. Aspectos Demográficos e Socioeconômicos do Varjão (Rangel)

##### 5.4.1 População e Renda

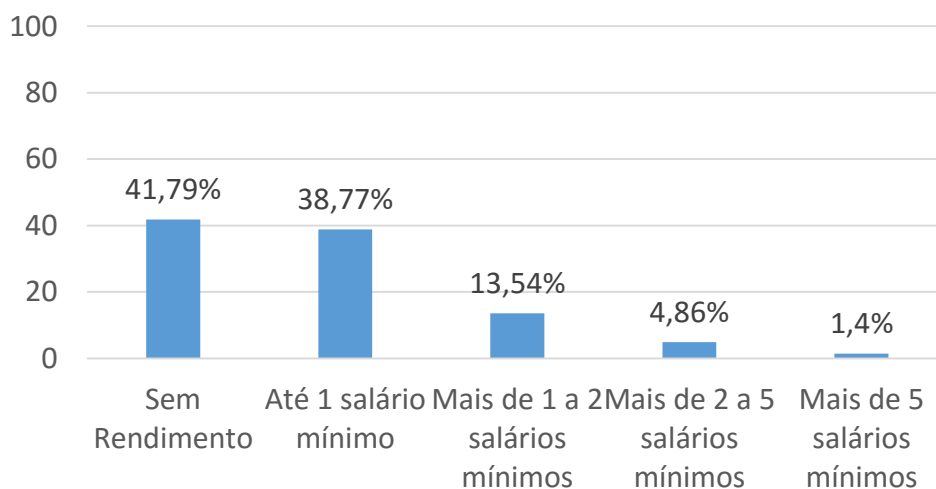


Gráfico 1: (%) Pessoas de 10 anos ou mais de idade por classes de rendimento nominal mensal. Elaborado pelo autor. Fonte: IBGE 2010

Segundos dados do IBGE (2010) o bairro do Varjão conta hoje com aproximadamente cerca de 16.973 habitantes, dos quais cerca de 31,5% da população possuem faixa etária entre 0 e 14 anos, 61,1% possuem de 15 a 64 anos e cerca de 7,4% possuem mais de 65 anos de idade (ver gráfico 1).

Tendo como base os dados do último censo do IBGE relativos as pessoas de 10 anos ou mais de idade por classes de rendimento nominal mensal distribuídos

em 4701 domicílios, aproximadamente 80,56% dos moradores possuem um rendimento mensal de até um salário mínimo. A partir daí, a proporção vai diminuindo gradativamente, já que apenas 13.54% possuiriam uma renda igual a 2 salários mínimos, e 5.9% possuem renda superior a esse valor. Para a maioria das famílias, é necessário completar a renda familiar para garantir o básico para vida, sendo comum o desenvolvimento de trabalhos informais, principalmente serviços de pedreiros, auxiliares e de diaristas nas proximidades do bairro, ou mesmo a abertura de pequenos pontos comerciais, a exemplo de mercadinhos, depósitos de bebidas, feira livre, fiteiros e etc. Além disso também existem as contribuições advinda de programas sociais como o Bolsa Família e o Auxílio Moradia, que garantem um valor mensal para garantir o básico para os moradores. Muitas vezes, esses programas sociais acabam por se tornar a única fonte efetiva e garantida da renda familiar.

A medida que tais formas de sobrevivência, se tornem insuficientes para a qualidade de vida, muitas pessoas, acabam aderindo a práticas à margem da lei, como tráfico de drogas, furtos ou roubos, o que acaba por trazer um clima de medo ao bairro.

A marginalidade é definida por Paoli (1973) como um estado de exclusão dos setores econômicos e sociais da cidade, que conseqüentemente levam ao desenvolvimento de subempregos ou mesmo de práticas ilegais, como tráfico de drogas e crimes. Porém, o conceito acaba ganhando uma outra conotação pelo imaginário da população (principalmente para as classes mais abastadas), ao atribuir a marginalidade ou o “marginal” como sinônimo de criminalidade, violência, perigo e da ausência de civilidade, principalmente devido a ação da mídia sensacionalista sobre esse espaço, construída de forma superficial e promovendo a inserção do contexto social, ou mesmo mobilizar soluções.

#### **5.4.2 Escolaridade**

No que se refere escolaridade e a disponibilidade de centros educacionais, o bairro do Varjão (Rangel) conta atualmente com 5 unidades escolares que atendem a população local. Segundo dados do IBGE (2010) 12,64 % da população residente se encontra não alfabetizada, residindo em sua maioria nos aglomerados subnormais do bairro, que acabam sendo excluídos do mercado de trabalho, já que não possuem qualquer qualificação. Dentre as unidades mencionadas, duas delas são CREI (creches), direcionadas a educação infantil, e três escolas, sendo uma direcionada a educação básica, e as demais direcionadas para a educação fundamental e de jovens adultos. O acesso ao ensino médio, para jovens do bairro são realizados nos bairros adjacentes, principalmente no Cristo redentor.



### 5.4.3 Esgotamento Sanitário e Saúde

A questão da água, é tida como chave, à medida em que ela está presente sobre tudo, em nossa sociedade. O Saneamento básico consiste no abastecimento de água, drenagem adequada, esgotamento sanitário, coleta e tratamento de resíduos. Esse tipo de serviço é uma das mais importantes obras para infraestrutura social, uma vez que sua ausência ou má estruturação, promove o alagamento das vias públicas onde a rede drenagem é deficiente, lama, e transmissão de doenças por água contaminada. O gráfico 2, traz dados referentes a distribuição e tipologia do esgotamento sanitário para a população do bairro do Varjão (Rangel).

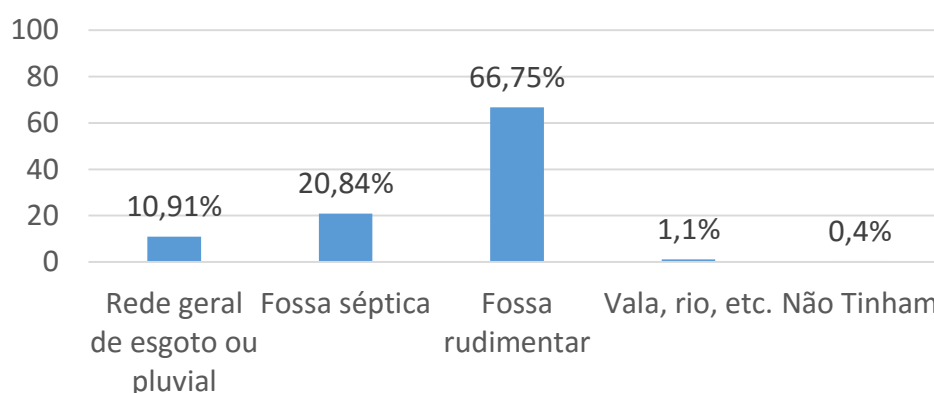


Gráfico 2: (%) Domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio e existência de banheiro ou sanitário e número de banheiros de uso exclusivo do domicílio, segundo o tipo do domicílio, a condição de ocupação e o tipo de esgotamento sanitário.

Elaborado pelo autor. Fonte: IBGE, 2010

Segundo dados apresentados acima sobre esgotamento sanitário do bairro do Varjão, dos 4701 domicílios presentes no bairro do Varjão, apenas 10,91% da população conta com a rede geral de esgoto ou pluvial, 20,84% possuem fossas sépticas, (definidas como unidades que acumulam e tratam o esgoto vindo das residências e que apresentam revestimento que impedem sua infiltração no solo), enquanto mais da metade da população apresenta formas irregulares ou mesmo nenhum tipo de saneamento básico, a grande presença das fossas rudimentares implica em diversos problemas para saúde e meio ambiente, à medida que esse tipo de esgotamento é caracterizado como uma unidade construída (muitas vezes autoconstruídas) para o acúmulo de esgoto e de dejetos das moradias diretamente no solo, porém, diferentemente das fossas sépticas acaba permitindo que seu conteúdo se infiltre e contamine o solo, podendo contaminar águas subterrâneas ou atuar como vetores para a transmissão de doenças. Nas ruas do Varjão (Rangel) é possível constatar isso em algumas, além da contaminação do solo, e da água, com o esgoto percorrendo a ruas em plena luz do dia, ou nas proximidades de cursos d'água.

O Bairro conta com 7 unidades de saúde familiar (USF) para atendimento da população, nomeados de Rangel I à VII. As unidades Rangel I e II estão distribuídas pelo bairro em localidades distintas, já as unidades Rangel III a VI funcionam em um mesmo lugar, na rua Bom Jesus, causando o descontentamento das pessoas vinculadas a ela, principalmente devido ao deslocamento, com a superlotação, bem estar, problemas nas instalações, falta de medicamentos, ou de profissionais para atendimento desses equipamentos de saúde. Finalmente no que diz respeito a unidade Rangel VII, a mesma encontra-se integrada a outra unidade localizada no bairro do Cristo Redentor.

#### **5.4.4 Infraestrutura e Lazer**

A área está classificada como uma zona não adensável (ZNA) no último Plano Diretor da cidade realizado no ano de 2009, o que significa que o bairro do Varjão (Rangel) é classificado como uma área que apresenta um carência de infraestrutura básica, da rede viária e do meio ambiente, fatores que restringem a intensificação do uso e ocupação do solo. O bairro é composto por cerca de trinta e cinco vias, das quais apenas as avenidas e travessas principais se encontram asfaltadas, as demais em sua maioria são pavimentadas por paralelepípedo e algumas não possuem qualquer pavimentação.

O Bairro apresenta um déficit no que diz respeito à distribuição de áreas verdes, tendo como única exceção a presença da Reserva Florestal Mata do Buraquinho. Quanto às áreas destinadas ao lazer coletivo, o bairro conta com apenas duas áreas destinadas ao lazer dos 16.973 moradores. Uma delas é a Praça da Amizade, localizada na Avenida Dois de Fevereiro (essa possui quadras, pistas de skate, academia e um anfiteatro), a outra área corresponde ao campo de futebol de areia, localizado na rua Bom Jesus, que, na maior parte do tempo, é utilizado para alguns exercícios e jogos entre as crianças. Porém, durante a noite, ambos os passeios e recreações acabam sendo restringidos devido a ocorrência de crimes e a ausência de ações e/ou políticas de segurança no local.

#### **5.4.5 Áreas de Risco**

As áreas de risco, se localizam, geralmente, nas encostas de morros, ladeiras, à beira de rios, ou próximas (ou mesmo no interior) de APPs (Área de Preservação Permanente), são definidas segundo Silva (2008), como espaços não passíveis de urbanização devidos as suas características físicas, que impossibilitam a construção de moradias ou desenvolvimento de qualquer estrutura social devido à instabilidade dos terrenos e ecossistemas, que podem ocasionar diversos problemas em relação aos processos naturais pela ocupação pela ação humana, como por exemplo deslizamentos e inundações. Esse processo é resultado direto

do fracasso do Estado em atender e suprir a população de direitos como o da moradia.

Durante a pesquisa para coleta de imagens dos aglomerados subnormais, foi possível a constatação de algumas habitações localizadas próximas ou mesmo sob os sopés de encostas, situadas nas proximidades da bacia do Rio Jaguaribe, acompanhando as ladeiras que ligam o bairro do Varjão (Rangel) aos bairro de Jaguaribe (ver figura 7). Segundo relatos dos próprios moradores, durante o período de fortes chuvas, ocorre a aparição de pontos de alagamento e inundações por várias vias do bairro, além de deslizamentos de porções de terra nas encostas mais íngremes pelo escoamento de superficial. Em outros pontos, o próprio Rio Jaguaribe devido a quantidade de chuvas e lixo, avança sobre a asfalto nas áreas mais baixas como a “ladeira do Varjão”.

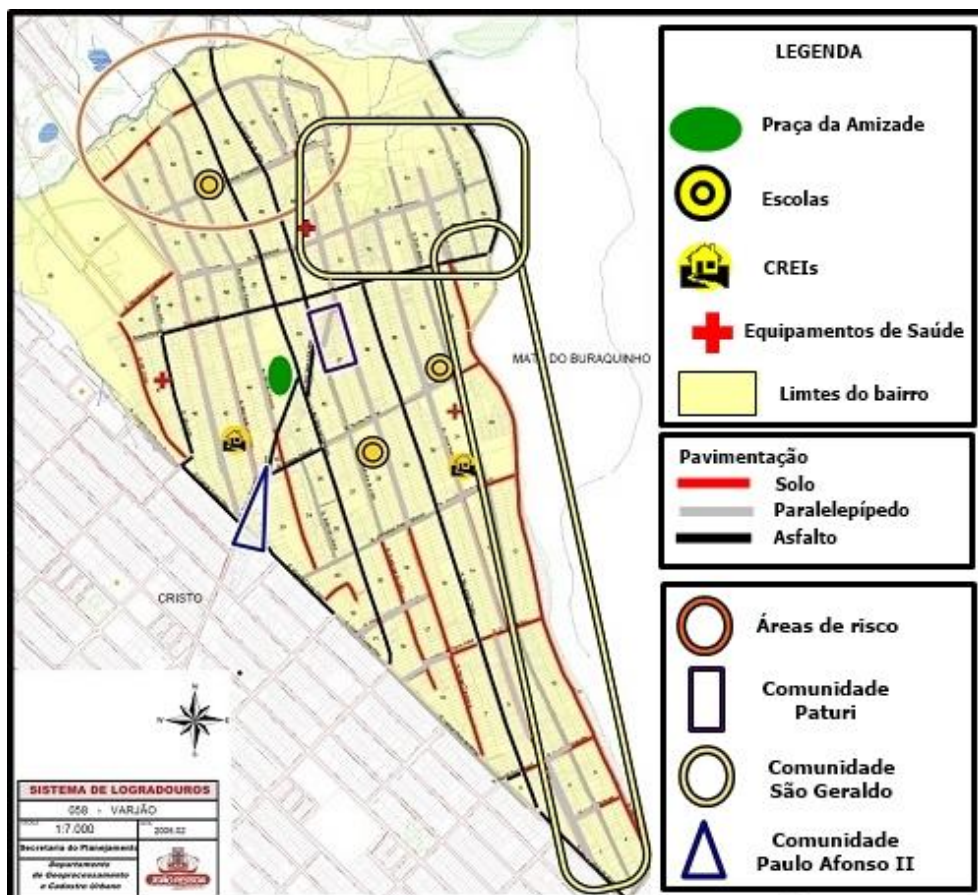


*Figura 7: Áreas de risco sob encostas no bairro do Varjão (Rangel), localizada na rua Rangel Travassos. (Google Street View)*

As ruas apresentam calçamento de paralelepípedos, porém, foi possível notar a presença de lixo, e de um saneamento básico deficiente, com relação ao tratamento de resíduos, drenagem e ao vazamento de esgoto pelas ruas, que chegam a atingir o solo nas imediações do próprio rio, podendo afetar diretamente à qualidade de vida e saúde da população. É importante reconhecer que, a frequência e intensidade desses riscos ambientais são processos dinâmicos, constituídos na relação entre homem e natureza.

O mapa 2 a seguir, tem como função localizar e espacializar os aglomerados presentes que compõem a paisagem e realidade do bairro do varjão (Rangel), além





Mapa 2: Espacialização dos aglomerados subnormais e distribuição dos serviços do bairro.

Fonte: Secretaria de Planejamento da Prefeitura da cidade de João Pessoa, (2006) Modificado pelo autor.

da distribuição de sua infraestrutura e acesso a serviços sociais descritos anteriormente. A partir de sua leitura, é deduzir sobre a oferta de serviços públicos para os 16.973 habitantes do bairro.

## 6. Considerações Finais

Com base no que foi exposto, os processos históricos que o bairro do Varjão (Rangel) protagoniza até os dias de hoje servem como modelo para a compreensão da realidade desigual e segregada expressa pela expansão dos aglomerados subnormais não só da cidade de João Pessoa, mas em grande parte das cidades brasileiras. Tal realidade é apresentada como verdadeira expressão da pobreza, da injustiça e da vulnerabilidade desses aglomerados em um espaço contraditório e conflituoso como o meio urbano.

Essa segregação se expressa não só na condição de vida dos habitantes da cidade como também no espaço que eles ocupam, devido principalmente aos fatores econômicos, da falta de proteção do Estado que se mostra ineficaz ou mesmo ausente apesar de seus planos e programas habitacionais. A segregação socioespacial também advém da ação do mercado imobiliário que exclui a classe mais pobre do acesso à terra devido aos altos custos, e, conseqüentemente, promove a distribuição desigual de recursos, bens comuns e dos principais serviços a partir de um lógica de concentração de riquezas, terras e imóveis urbanos, que levaram os moradores do bairro do varjão (Rangel) a ocuparem áreas vulneráveis a riscos socioambientais, como única solução de sobrevivência, vivendo à margem da sociedade.

Somado a isso, os dados apresentados sobre a população (indicadores socioeconômicos, históricos e estruturais) foram bastante condizentes com as discussões sobre a segregação e vulnerabilidade socioespacial expressa no levantamento bibliográfico, importantes para a compreensão e análise da vulnerabilidade e qualidade de vida dessas famílias nos dias de hoje, no contexto em que se encontra o bairro do Varjão (Rangel).

Destaca-se, também, o papel da ação de políticas sociais e habitacionais no bairro, pois, nos últimos anos o Varjão (Rangel) recebeu alguns investimentos para sua reestruturação urbana, principalmente em relação à pavimentação da maioria de suas ruas e ao surgimento de novos residenciais, e algumas moradias verticalizadas, além de novas habitações para classe média, transformando a paisagem urbana de várias ruas do bairro, principalmente depois da instauração do campus V da Universidade Estadual da Paraíba, localizada no bairro do Cristo Redentor nas proximidades dos limites do bairro.

Dessa forma, passado e presente se convivem nesse espaço. De um lado as famílias originárias do Varjão lutam pela desmistificação dessa reputação hostil, buscando por melhores condições de vida e amparo social para seus lares, sobrevivendo da melhor maneira que conseguem. Do outro lado, os novos habitantes do bairro do Rangel, buscam um distanciamento para com o passado.

É preciso conhecer e entender os processos envolvidos na produção do espaço urbano (na distribuição da população, comércio, lazer, serviços, infraestrutura, local do trabalho e o local de moradia, etc.), para se tomarem as devidas providências, que, embora não solucionem, de imediato, o problema histórico de desigualdade e segregação socioespacial, possam ocasionar importantes melhorias para saúde e bem estar da população, fazendo com que o primeiro passo seja dado. É necessário um trabalho conjunto entre a prefeitura, planejadores, gestores da cidade e sociedade civil, com a execução de programas que possam garantir não só a qualidade de vida das famílias, como também garantir os serviços e infraestrutura necessária para manutenção dessa vida, aos seus direitos, luta e cidadania com o fortalecimento da participação popular. Tudo isso no intuito de retirar bairros como o varjão do mapa da segregação e vulnerabilidade socioambiental da cidade de João Pessoa.

## 7. REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Raoni Borges. **Medos corriqueiros vergonha cotidiana: uma análise compreensiva do Bairro do Varjão (Rangel), João Pessoa, PB**. Dissertação (Mestrado em antropologia), UFPB, João Pessoa, 2015.
- \_\_\_\_\_. **Memórias e projetos em um lugar de estigmas e ressentimentos: uma reflexão etnográfica do lugar Varjão (Rangel) no urbano contemporâneo da cidade de João Pessoa – Paraíba**. Revista Ciências da Sociedade (RCS), Vol. 2, n. 3, p.169-200, 2018.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- FERREIRA, João Sette Whitaker. **A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil**. Simpósio “Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização”, UNESP Bauru e SESC Bauru, 2005.
- GONÇALVES, Regina Célia; LAVIERI, Maria Beatriz Ferreira; LAVIERI, João; RABAY, Glória. **A questão urbana na Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universitária, UFPB, 1999.
- HARRIS, Richard. **Residencial segregation and class formation in the capitalist city: a review and directions for research**. *Progress in Human Geography*, 8(1), 1984.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Banco de Dados**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 20 de junho de 2019.
- JOÃO PESSOA (CIDADE) SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEDES, Prefeitura Municipal de João Pessoa Sposati; Aldaíza (coord.); Ramos, Frederico; Koga, Dirce; Conserva, Marinalva; Silveira Jr., Constantino; Gambardella, Alice – **Topografia Social de João Pessoa**. Cedest/IEE/PUCSP. 2009
- JUNIOR, C.C. S. **Especulação imobiliária e loteamentos irregulares: um estudo de caso em Caldas Novas - GO**. Revista Mirante, Pirenópolis, v.1, n.2, 2007, p.1-18.
- JUNIOR, Wilson Martins Lopes; SANTOS, Regina Célia Bega dos. **Novas centralidades na perspectiva da relação centro-periferia**. Revista Sociedade & Natureza, Uberlândia, v.21(03), 2009.
- KATZMAN, Ruben. **Vulnerabilidad, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay**. Santiago de Chile, OIT- Ford. 1999.
- \_\_\_\_\_. **Vulnerabilidad y Exclusión social. Uma propuesta metodológica para el estudio de las condiciones de vida de los hogares**. Santiago de Chile, 2005.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Solidariedade e conflito nos processos de interação cotidiana sob intensa pessoalidade**. Revista Etnográfica [Online]. Vol. 18(3), 2014.
- KOWARICK, Lúcio. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000
- LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- MARICATO, Ermínia. **“Brasil, cidades – alternativas para a crise urbana”**. 2. Ed., Petrópolis: VOZES, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Habitação e cidade**. São Paulo: Atual, 1997.
- PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado **Trabalho e marginalidade: um estudo de caso**. Revista adm. empres. vol.13 no.3 São Paulo. 1973
- PIZARRO, Roberto. **La vulnerabilidad social y sus desafíos: una mirada desde América Latina**. Santiago de Chile: CEPAL, 2001.

- PORTO, Marcelo Firpo de Souza. **Uma Ecologia Política dos Riscos: princípios para integramos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.
- RESENDE, Ubiratan Pereira. **Especulação imobiliária e verticalização urbana: um estudo a partir do Parque Municipal Cascavel em Goiânia**. Geografia (Londrina), v.22, n.2. p. 79-102, maio/ago. 2013
- ROLNIK, Raquel. **A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA FUNDIÁRIA E DE PLANEJAMENTO URBANO PARA O PAÍS – AVANÇOS E DESAFIOS**, 2006.
- SANTOS, Milton. **Ensaio Sobre A Urbanização Latino-America**. 1. ed., São Paulo: HUCITEC, 1982.
- SANTOS, Milton. **Urbanização brasileira**. 5. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- SILVA, Keli De Oliveira. **A Periferização Causada Pela Desigual Urbanização Brasileira**. Maringá: Revista Urutágua, 2007.
- SILVA, Natieli Tenório da. **As chuvas no município de João Pessoa: impactos, riscos e vulnerabilidade socioambiental**. Dissertação (Mestrado em geografia), UFPB, João Pessoa, 2018
- SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais**. In: *O espaço no fim do século – a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 2001, p.83-99.
- VIGNOLI, Jorge Rodríguez. **Segregación residencial socioeconómica: ¿qué es?, ¿cómo se mide?, ¿qué está pasando?, ¿importa?**. Santiago: CEPAL, n. 16, agosto 2001. (Série Población y Desarrollo)
- VASCONCELOS, Pedro de A.; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. (orgs.) **A cidade contemporânea: segregação residencial**. São Paulo: Contexto, 2013.
- VILLAÇA, Flavio. **O espaço intraurbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- YUJNOVSKY, Oscar. **La estructura interna de la ciudad: el caso latino-americano**. Buenos Aires: SIAP, 1971.